A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR NA ATUALIDADE

CRISTIANE APARECIDA TEOBALDO

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo compreender como se constrói a necessi- dade de normalização do portador de necessidades especiais nos espaços regulares de ensino onde o processo de ensino-aprendizagem acontece de maneira diversa. É preciso ter clareza de nossas impressões de normalidade e anormalidade numa pers- pectiva de quem convive em sala de aula dom o diverso, o diferente. Essas impres- sões e os nossos pré-conceitos precisam ser revistos constantemente uma vez que o espaço da experiência acontece no concreto do processo de aprendizagem. A nossa pesquisa é de caráter bibliográfico onde pesquisamos autores que estudam sobre a educação inclusiva que nos deram suporte para este estudo. A inclusão precisa acon- tecer numa escola que é diversa, ou seja, a inclusão escolar ocorre a partir de mu- danças significativas e muitas vezes emblemáticas no processo de escolarização de pessoas com necessidades especiais, uma vez que a apropriação do conhecimento de dá de múltiplas formas e ao longo do nosso existir. Uma Educação Inclusiva numa Escola Diversa só pode acontecer com rompimentos de velhos vícios que não ajudam a tornar visível os invisíveis.

Palavras Chave: Educação Inclusiva; Diversidade; Inclusão.

ABSTRACT: This article aims to understand how to build the need for normalization of the special needs bearer in the regular spaces of teaching where the teaching-learn- ing process happens in a different way. It is necessary to have clarity of our impres- sions of normality and abnormality from a perspective of those who live in the class- room, the different, the different. These impressions and our preconceptions need to be constantly revised as the space of experience happens in the concrete of the learn- ing process. Our research is of bibliographic character where we research authors who study about the inclusive education that gave us support for this study. Inclusion must occur in a school that is diverse, that is, school inclusion occurs from significant and often emblematic changes in the schooling process of people with special needs, since the appropriation of knowledge gives of multiple forms and the our existence. Inclusive Education in a Diverse School can only happen with disruptions of old vices that do not help to make the invisible visible.

Keywords: Inclusive Education; Diversity; Inclusion.

INTRODUÇÃO

Discutir “Inclusão Escolar na Sociedade” é apresentar questões antagônicas. A primeira delas, impulsiva, está no fato de ter muito o que fara a respeito de uma temática de tamanha importância e relevância em nossa atualidade. Por outro lado, trata- se de uma questão de princípios, de valores, portanto algo que faz parte do mundo em que vivemos. Ainda poderíamos dizer que há muito a discutir e principalmente, muito a ser feito.

Quando nos referimos inclusão estamos falando de valores, atitudes e práticas que se traduzem no respeito a diferenças e ao tratamento equitativo a pessoas dife- rentes, de forma a garantir oportunidades a todos. Se aplica pessoas com necessida- des educacionais especializadas e por aí vai.

Em junho de 2015, foi sancionada a Lei Brasileira da inclusão. Ela amplia e concretiza direitos às pessoas com deficiência, que já há algum tempo vinham sendo construídas pela sociedade.

Na prática, inclusão de verdade não se faz nem por Lei e muito menos através de Decretos. É bem mais complexo. De qualquer forma sabemos que as Leis e os Decretos são fundamentais para que a inclusão ocorra, para conscientizar a socie- dade e obriga-la a pensar e agir de forma inclusiva, na Escola, na Sociedade, nas Relações que estabelecemos.

A Escola precisa garantir a Educação Inclusiva e a inclusão de fato e de direito. Garantir educação de qualidade e inclusão para todos, mas a forma como isso se concretiza é diferenciada. Não existe uma fórmula que atenda a todos. Portanto, a responsabilidade é coletiva.

A universalização do direito à educação de qualidade, que pressupõe o res- peito à diferença, a inclusão, a busca por equidade, igualdade de oportunidade, de- senvolvimento de potenciais dos indivíduos e criação de capacidade de adaptação a mudanças rápidas de cenários, requer simultaneamente, ganhos de escola, despa- dronização de processos e revisão dos resultados esperados e suas formas de aferi- ção.

Paralelo a isso, os Educadores precisam serem formados, adquirindo as com- petências e habilidade para lidarem com essas novas qualidades que assolam as re- lações humanas e produtivas. Há que se utiliza também dos recursos de tecnologia, pois sem isso esta tarefa não será completamente viável.

Por fim, sabemos que a educação é

condição essencial para a inserção social e produtiva das pessoas com necessidades especiais. No plano coletivo, a Educação Inclusiva é requisito para construção de uma sociedade onde todos tenham vez e voz.

DESENVOLVIMENTO

A FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O termo "família" é proveniente do latim "famulus", que quer dizer "escravo doméstico". Criada na Roma Antiga, esta termologia foi usada para designar uma nova estrutura social que surgiu nas tribos latinas, sendo que esta organização se caracte- rizava pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o domínio sobre todos estes. A partir daí a família tem sido abordada sob distintos enfoques e definições, e levantando assim, muitos ques- tionamentos em torno de sua análise.

A família cada vez mais vem se tornando objeto de investigação de muitos pesquisadores no campo das ciências humanas. A antropologia, a sociologia e a psicolo- gia, dentre outras áreas de conhecimento, vêm debatendo sobre a definição do termo família, assim como compreender as questões polêmicas que a cercam, conforme Souza (2009) apud Fox, 1986/Berenstein (1988). A mesma é considerada o mais im- portante de todos os grupos sociais, pois é através dela que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele, é a formadora de nossa identidade social, a base do processo da socialização.

A família vem passando por uma série de modificações, sobretudo pelas mu- danças culturais e socioeconômicas da humanidade. Essas alterações ocorrem prin- cipalmente em sua formação, que passa aos poucos de famílias de predomínio nu- clear (pai, mãe, filhos), para família monoparental com um número maior de mulheres como chefes (MIOTO, 1997), principalmente nos grandes centros urbanos.

Antigamente o padrão familiar era constituído de pai, mãe e filhos e outros membros, cujo governo centrava-se no patriarca, contudo no decorrer do tempo surgiram novas composições familiares. Isto é, famílias estabelecidas sob as mais varia- das formas, desde aquelas, formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais provenientes de outros relacionamentos, até famílias compostas por homosse- xuais e famílias apenas composta por avós e netos, o que não significa que estas novas formações não possam ser consideradas famílias. Elas apenas são constituí- das de forma diferente, mas continua sendo consideradas famílias. Isto se dá ao fato da dura realidade do dia-a-dia na vida moderna que ocasiona a falta de tempo dos pais para uma boa convivência com os filhos e isso dificulta os mesmos de oferecerem uma educação propícia a essas crianças. Outro fator importante e que tem ocorrido frequência para a modificação familiar é o que diz respeito ao grande número de se- parações e divórcios.

É relevante revelar o conceito de família através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o qual no parágrafo 3º, do artigo 226 reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar e da monoparentalidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; e, ainda no artigo 227, parágrafo 5º, as relações ligadas pela afinidade e pela adoção. Já o Código Civil Brasileiro em vigor desde 11 de janeiro de 2003, considera qualquer união estável entre pessoas que se gostam e se respeitam, mudando assim o conceito de família, até então considerado ideal.

Como um marco na evolução sobre o conceito de família destaca-se a Consti- tuição de 1988. De acordo com Souza (2009) apud Genofre (1997) "[...] o traço domi- nante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua". Portanto não se pode pensar em família, mas sim famílias, levando em consideração à varie- dade de relações existentes em nossa sociedade. Sobretudo a mencionada Constitui- ção determina a todos os cidadãos respeito à dignidade humana, tendo em vista que os laços afetivos são condicionantes para a construção familiar, independente de carga genética.

Apesar da família ter deixado de ser apenas um modelo para se desdobrar em vários modelos, ela ainda continua tendo a mesma finalidade: É a base do indivíduo na vida social. Souza (2009) apud Campos e Carvalho (1983) esclarecem quando afirmam que:

> [...] a palavra família, na sociedade ocidental contemporânea tem ainda para a maioria das pessoas, conotação altamente impregnada de carga afetiva. Os apologistas do ambiente da família como ideal para a educação dos filhos, geralmente evidenciam o calor materno e o amor como contribuição para o estabelecimento do elo afetivo mãe-filho, inexistente no caso de crianças ins- titucionalizadas (SOUZA, 2009, p. 19).

É importante destacar que, o aumento de mulheres ingressando no mundo do trabalho, além do aumento das separações e divórcios tem sido uma das modificações mais significativas da dinâmica familiar. Com a revolução industrial e com a revolução feminista, as mulheres mudaram radicalmente o seu posicionamento em menos de meio século. Isso provocou uma reorganização da sociedade determinado pelos mo- vimentos feministas as quais lutaram para a garantia

efetiva dos seus direitos.

A história revela que as mulheres estrangeiras, na segunda guerra mundial foram obrigadas a saírem de casa e trabalhar em fábricas, pois os homens estavam na guerra frente à batalha. Com isso as mulheres foram tomando conta da produção industrial de armamentos, munições, roupas e alimentos, influenciando assim a mulher brasileira que também sofreu os impactos da guerra.

A família, pode ser percebida como um grupo de pessoas cooperantes que coexistem sob o mesmo teto, sendo que essa família tem diferenciados tipos, podendo ser: nuclear, monoparental, dentre outros.

As famílias nucleares caracterizam-se por uma só união entre adultos e um só nível de descendência, isto é, pais/filhos. Nelas não existem parentes (tios, primos), nem há saltos nas gerações (por exemplo, só avós e netos). Isso acontece, nas po- pulações envelhecidas, quando estas famílias são constituídas apenas por dois ele- mentos – o casal de "meia idade" ou idoso.

O Conselho de defesa dos direitos da criança e de adolescente do Estado de São Paulo informa que o padrão da família brasileira da primeira metade do século XIX, até a primeira metade do século XX era constituído por um pai, mãe e filhos. Os componentes da família brasileira deste período eram comandados por um pai. Essa família tinha como base o casamento e as relações jurídicas dele resultantes, entre os cônjuges, e pais e filhos. Esse conceito teve bastante influência da Igreja Católica.

Segundo Mioto (1997),

[...] a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasi- leira nos leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialetica- mente articulada com a estrutura social na qual está inserida (MIOTO, 1997, p. 5).

A função socializadora / educativa dentro da família é devidamente a mais importante porque prepara a criança para o seu ingresso na sociedade com a transmissão do legado social e cultural. Ao desempenhar uma ação socializadora, a família desempenha, também, o papel de agência transmissora de ideologias através de hábitos, costumes, ideias, valores, padrões de comportamento dependendo do seu sta- tus social.

Outra função da família que vem sendo contextualizada é a que diz respeito à assistência aos seus membros. Em todas as sociedades, a família é basicamente responsável pela proteção física, econômica e psicológica de seus membros. Diz res- peito, também, aos cuidados que a família dispensa aos seus membros tanto nas situações do dia-a-dia quanto nas situações que exigem um maior cuidado (doenças, por exemplo). E este cuidado se processa num continuum que vai da infância até a velhice.

A família se transforma através da história, mas continua sendo um sistema de vínculos afetivos em que se dá todo o processo de humanização do indivíduo. Um ambiente familiar estável e afetivo pode contribuir de forma positiva para o bom de- sempenho na vida de cada um dos seus membros.

Um lar mal estruturado social e economicamente, tende a desfavorecer o de- sempenho social, educacional e emocional dos seus integrantes, em especial o das crianças. Percebe-se desta forma que a família possui uma função decisiva na edu- cação formal e informal de todos os que dela fazem parte.

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

A família e a escola constituem o alicerce da sociedade, pois são os principais agentes no desenvolvimento da criança. Apesar da existência de debate em torno do papel atual da família e da sua composição, ela permanece como o elemento-chave na vida e desenvolvimento da criança.

A ideia de família, com a evolução histórica da sociedade, sofreu consideráveis mudanças. Desta forma, percebe-se que, tendo em vista todas as mudanças ocorridas na família ao longo da história em função de diversos fatores, entre eles a emancipa- ção feminina, que os papéis da escola, foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Com isso as mudanças na família além de in- fluenciar a sociedade como um todo, atinge também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola.

Para Carvalho (2004) a educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/ família, lugar da reprodução física e psí- quica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto, que cons- tituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva.

A autora assegura que a educação apresenta duas dimensões: social transmissão de uma herança cultural às novas gerações através do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores. A dimensão individual é subordinada à social no contexto de interesses

objetivos e relações de poder, neste caso baseadas na categoria idade- geração, seja na família, seja na escola (CARVALHO, 2004).

Nas últimas décadas, novas dinâmicas sociais vêm afetando, ao mesmo tempo, a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao aparecimento de novos traços e desenhando novos contornos nas relações entre essas duas grandes instâncias de socialização (NOGUEIRA, 2006).

Antigamente as crianças e jovens eram educados pela família e na comunidade antes da escola se tornar um lugar separado e especializado para a educação formal. No final do século XIX a educação escolar tornou-se o modo de educação dominante nas sociedades modernas, democráticas, a partir da escolarização obrigatória com uma organização específica organizada através de sistema de avaliação, níveis, di- plomas, professores, professoras e outros profissionais especializados. Com a espe- cialização das instituições de reprodução social e a separação da vida pública e pri- vada, as famílias e lares passaram a se redefinir como local estritamente de reprodu- ção física e psíquica, onde são gerados os primeiros sinais de afeto e de intimidade. Já as escolas, ficaram com o papel representar o lugar da educação pública onde se reproduz a cultura letrada, os valores sociopolíticos e da qualificação para o trabalho, assumindo funções econômicas e ideológicas.

A escolarização cresceu num modo ordenado e especializado de educação, e tornou-se o contexto central do desenvolvimento individual das crianças e jovens, as- sumindo em seguida funções sociais e emocionais adicionais. Isso se deu na medida em que os pais e mães passaram a trabalhar fora de casa, sendo que cada vez mais se reduz suas intervenções e funções reprodutivas culturais e sociais.

As responsabilidades da escola hoje vão além de simples transmissora de co- nhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa intensa, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e satisfatória, colabo- rando assim para melhoria da sociedade em questão.

A política educacional está se desenvolvendo numa ação para além da escola, formalizando-se na relação com a família através da esfera pública, especificando a contribuição educacional da mesma para o sucesso motivacional na educação.

O envolvimento dos pais na escola está sendo assimilado na conjuntura da atual tendência à descentralização da gestão educacional e melhoria da produtividade e qualidade escolar no sistema de ensino público (CARVALHO, 2000). Citando o autor Piaget (1972), Caetano (2004) enfatiza também essa questão afirmando que:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resul- tando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coi- sas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades (PIAGET 1972, p. 50).

De acordo com Nogueira (2006),

É preciso reconhecer que, de um modo geral, a ideia de "parceria" entre a família e a instituição escolar já se tornou uma espécie de "dogma" (SILVA, 2003, p. 27), de "categoria pública positiva de percepção do mundo social" que se dissemina rapidamente no espaço social, tendo obtido um amplo "su- cesso discursivo". Juntamente com o discurso, vimos também que uma série de dispositivos institucionais (campanhas, jornadas, contratos, profissionais especializados etc.) são criados, em geral pelo Estado, com vistas a instaurar e fomentar essa parceria (NOGUEIRA, 2006, p. 12).

As propostas educacionais na escola e na família são diversas no que se refe- rem aos seus objetivos, conteúdos e métodos, bem como as perspectivas e interações típicos a cada contexto. Contudo a escola deve reconhecer a importância da colabo- ração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exer- cerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Enquanto a escola estimula e desenvolve uma perspectiva mais universal e ampliada do conhecimento científico, a família transmite valores e crenças e, como consequência, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se estabelecem de uma maneira coordenada. Os benefícios de uma boa inte- gração entre a família e a escola relacionam-se à possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alu- nos (CARVALHO, 2000, p. 23).

É preciso apropriar-se de diferentes estratégias e formas para a implementação da relação família-escola, considerando o contexto cultural, isto é, as crenças, os va- lores e as peculiaridades dos ambientes sociais. Os laços afetivos, alcançados e es- tabelecidos tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundos destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada.

Apesar dos esforços, tanto da escola quanto da família, em promoverem ações de continuidade, há barreiras que geram descontinuidade e conflitos na integração. Uma das dificuldades na integração família-escola

é que esta ainda não comporta, em seus espaços acadêmicos, sociais e de interação, os diferentes segmentos da comunidade e, por isso, não possibilita uma dis- tribuição equitativa das competências e o compartilhar das responsabilidades (DESSEN & POLONIA, 2007, p. 28).

Reconhecer os processos que permeiam os dois contextos e suas interrelações permitiria uma visão mais dinâmica do processo educacional e, certamente, intervenções mais precisas e efetivas, e uma ampla discussão de modelos de articulação entre esses dois agentes educacionais.

Escola e a família, portanto, devem estreitar os laços, especialmente quando se trata de crianças com deficiência. Esse estreitamento se refere ao fato de que a ação educativa atualizada não deve se direcionar ao indivíduo à margem de suas necessidades sociais, econômicas e culturais, ou nos problemas concretos em que se encontra inserido, mas sim a um sujeito, constituído de direitos a uma cidadania con- creta.

A interação família-escola faz-se necessária, para que ambas percebam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entro- samento entre si, para o sucesso educacional do filho-aluno. Nesse sentido, é impor- tante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança.

O Estado por vias democráticas como também de políticas públicas deve inter- vir neste sentido buscando o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade procurando assegurar cada vez mais direito à qualidade e à igualdade de oportunida- des educativas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva é um tema polêmico uma vez que quem tem filho especial sabe o desafio que é encontrar Escolas na Rede Regular de Ensino capacitadas e habilitadas para receber alunos com necessidades especiais.

É importante ressaltar que antes de se praticar a inclusão necessariamente se praticou a exclusão. Dessa forma, tão importante quanto praticarmos efetivamente a inclusão é deixarmos de praticar a exclusão. Quando nós temos uma Escola que não está adaptada fisicamente para receber uma cadeira de rodas, seja pela falta de rampa de acesso, seja pela falta de elevadores, seja pela falta de banheiros adapta- dos necessariamente está se praticando sim a exclusão. A pessoa não tem como acessar e se movimentar dentro do ambiente escolar.

Nós temos que entender que estamos num mundo diverso temos pessoas com necessidades diversas e entre elas as pessoas com necessidades especiais que pre- cisam ter a capacidade de acessar a escola. Antes de falar de Educação Inclusiva, ou seja, Educação dentro da sala de aula temos que garantir que o aluno com necessi- dade especial consiga chegar até a sala de aula. Então, se na Escola não se tem rampa de acesso, não tem elevador, não tem banheiros adaptados como os alunos com necessidades especiais entrarão na escola e permanecerão nelas?

A questão básica é pensar como levar uma criança cadeirante, ou mesmo uma criança que utiliza de muletas para sua locomoção que apresenta dificuldade de subir uma escada ou descer uma escada, ou ainda no andador. Como é que essa criança chega a uma sala de aula para a partir daí pensarmos e refletirmos sobre a Educação Inclusiva que acontece dentro da sala de aula.

Praticar a Educação Inclusiva necessariamente o aluno com necessidades es- peciais precisa primeiramente chegar na sala de aula. Temos escolas adaptadas para esses alunos?

Segundo o Censo Escolar realizado em 2014, menos de 10% das Escolas no Brasil estão efetivamente adaptadas fisicamente para receber alunos cadeirantes, por

exemplo, em suas escolas. Outra questão a ser considerada é a falta de capacitação dos professores e do quadro de funcionários em geral de lidar com esses alunos.

O Plano Nacional de Ensino – PNE possui em sua meta 4 o seguinte texto:

Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, pre- ferencialmente na Rede Regular de Ensino, com a garantia de Sistema Edu- cacional Inclusivo, de Salas de Recursos Multifuncionais, Classes, Escolas ou Serviços Especializados Públicos ou Convencionados.

O texto dessa meta 4 do Plano Nacional de Ensino – PNE já nos faz refletir, questionar e fazer uma crítica por palavras que foram incluídas em seu texto final. Uma palavra que gera bastante polêmica refere-se ao acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, preferencialmente na Rede Regular de Ensino. Isso é um problema uma vez que pode ser tornar em uma válvula de es- cape para não se praticar a inclusão.

Outra palavra que gera polêmica nessa meta e é a última palavra do texto que é a palavra “conveniados”, ou seja, Escolas ou Serviços Especializados, Públicos ou Conveniados. Esses “conveniados” refere-se à ter-

ceirização do Serviço, ou seja, utili- zar-se de Entidades Terceiras. A interpretação gera debate uma vez que temos "n" interpretações.

Historicamente nosso Sistema de Educação tem excluído as pessoas com ne- cessidades especiais e hoje, com essa meta 4 do Plano Nacional de Ensino – PNE que não deixa de ser um avanço tenta-se recuperar o atraso para a inclusão das pes- soas com deficiências e tem apresentado resultados positivos é só acompanharmos a evolução do número de matrículas de alunos com necessidades especiais na rede regula de ensino efetivamente ela tem aumentado consideravelmente o que é uma boa notícia.

Por outro lado, existem muitas reclamações com relação a falta de capacitação dos professores e do quadro de funcionários em geral de lidar com esses alunos. É um desafio para todos e temos que encará-lo de frente.

Existem Escolas que praticam a Inclusão Escolar em um trabalho conjunto en- tre o aluno, a família do aluno, os professores, diretores e profissionais especializados como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos todos participando em conjunto para que se possa criar um Plano de Educação para aquele aluno especial.

É possível se praticar a inclusão de forma efetiva com resultados satisfatórios. É muito importante lembrar que a integração escolar estimula o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais. A integração escolar estimula o desenvolvimento do portador de necessidades especiais com uma função inclusiva, uma função tera- pêutica, além de estimular a convivência com a diferença. Essa convivência com a diferença não é apenas para as crianças e adolescentes que possuem necessidades especiais, mas também, para os demais que convivem come essa criança, esse jovem uma vez que temos um debate muito amplo em nossa sociedade acerca da inclusão, à diversidade.

Nada melhor do que se aprender com a prática efetivamente tendo uma pessoa diferente dos demais por possuir necessidades especiais, mas que igualmente tem todo o direito de conviver num ambiente assim como os demais alunos. A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade. A Inclusão depende de uma mudança de valores da nossa sociedade. A vivência de um novo paradigma com uma reflexão aberta entre professores, alunos, diretores, pais e comunidade.

A Escola tem um papel fundamental na formação do cidadão e, portanto, deve- ria se preocupar mais com o tema da Inclusão trabalhando em parceria com a família, com os alunos com necessidades especiais e com todos os profissionais para que essa criança, esse adolescente tenha um aprendizado de qualidade e sinta-se num ambiente diverso incluído e possa desenvolver-se de maneira plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva é aquilo que muitos já conhecem que é a ideia de que as crianças estudam e aprendem melhor, quando estão crianças com e sem deficiência, na mesma sala de aula.

A Educação Inclusiva é um objetivo, é um ideal que ainda está muito longo em muitas escolas de nosso país e de muitos países, no entanto, ela é absolutamente necessária porque ela traz a diversidade, a riqueza da humanidade para a sala de aula e prepara melhor o aluno para isso aqui, para o mundo extra sala de aula.

Como todos os grandes desafios que temos em nossa sociedade, não interessa se estamos falando de saúde pública, do nível de desemprego, da corrupção, a educação inclusiva tem a tendência a encontrar motivos únicos e muitas vezes até simples para qualquer desses problemas não são solucionados.

Vemos todos os dias nas notícias, ou escuta de amigos, de pessoas que supe- raram tudo e conseguiram coisas extraordinárias. A iniciativa do indivíduo, aquela força de vontade, é absolutamente essencial, mas será que é suficiente para a inclu- são?

Se quisermos avançar no tema da Educação Inclusiva e em todos os nossos grandes desafios sociais, é não procurarmos uma receita mágica, é um problema complexo, polêmico, que não serão um, dois ou três pontos que vão resolver os de- safios que são específicos de cada escola, de cada aluno.

Nenhum problema é igual, nenhuma pessoa é igual a outra. Então, o Sistema Educacional precisa ser inclusivo. O aluno vai precisar se esforçar. O professore vai precisar de algumas orientações específicas para aquele tipo de deficiência. Precisa- mos pensar em Políticas Públicas aquedas para efetivação e concretização da inclu- são.

Precisamos trabalhar para que o sistema de ensino não ajude só o aluno cego em determinada situação, mas que ajude milhares de alunos com necessidades es- peciais. Temos mais de 10% da população brasileira que representa uma montanha de talentos que hoje está sendo desperdiçada. Não podemos deixar que esses 10% ou mais dependam da sorte.

É possível praticarmos a inclusão desde que se tenha acima de tudo boa von- tade. É um desafio e todos nós sabemos. Não é um assunto de menor importância e não é um assunto que iremos mudar o sistema escolar do dia para a noite. Temos que pensar na in-

clusão e evoluirmos a cada dia.

Portanto, a Educação Inclusiva pressupõe um trabalho que desconstrói a visão homogeneizada de educação e parte para uma necessidade de entendermos a sin- gularidade, a particularidade de cada uma pessoa com deficiência e com isso construir projetos pedagógicos que respeitem essa forma particular, essa forma de cada um se desenvolver e ser relacionar com o conhecimento.

A ideia de Educação Inclusiva se baseia em dois pilares fundamentais: o pri- meiro de se entender educação como um direito fundamental. As pessoas com defi- ciência devem entender isso como um direito e não como boa vontade ou favor por parte de educadores e gestores e o segundo é a ideia de que educação contemporâ- nea deveria valorizar as diferenças.

Muitas vezes o educador pressionado pelas demandas da família e do próprio resultado da Escola acaba se distanciando daquilo que seria uma educação para a vida, e se tratando de vida todos são incluídos para viver a grande aventura da Vida em godas as suas dimensões.

A Educação Inclusiva é o desafio de todos nós. "A atuação do Estado na Inclu- são das pessoas com deficiência, refere-se ao direito de todos cidadãos ao acesso a uma arena democrática plural. A pluralidade de pessoas, credos, ideologias, etc., é elemento essencial da democracia e da vida democrática em comunidade. A plurali- dade e a igualdade são faces da mesma moeda pois o respeito a pluralidade não prescinde do princípio da igualdade. [...] Não é dado a Escola escolher, segregar, se- parar, mas é seu dever ensinar, incluir, conviver."

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota, Maria Teresa Egler Mantoan. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. 2. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BERENSTEIN, I. Família e Doença Mental. São Paulo: Escuta, 1988. BRASIL. Constituição Federal. São Paulo: Atlas, 1998.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 1998.

. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece as Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000.

. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: MEC/ INEP, 2001.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília: MEC/SEESP,2008b.

. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de En- sino. Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: SASE, 2014.

CAETANO, Luciana Maria. Relação Escola e família: Uma Proposta de Parceria. Universidade de São Paulo, 2004 Disponível em: http://www.seufuturonapra- tica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Luciana.pdf Acesso em 19 Abr. 2023.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como Extensão da Família ou Família como Extensão da Escola? O Dever de Casa e as Relações Família-Escola. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação. Nº 25, jan.– abr., 2000.

FOX, D. El processo de Investigación en Educación. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A, 1986.

GENOFRE, R. M. Família: Uma Leitura Jurídica: A Família Contemporânea em Debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

JONTIEM. Declaração Mundial Sobre Educação para Todos: Satisfação das Ne- cessidades básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jontiem, Tailândia. 1990. [UNESCO, 1998?]. Disponível em: http://unes- codoc.unesco.org/images/008/000862/086291por..pdf Acesso em 19 Abr. 2023.

LACERDA, D. Cidadania, Participação e Exclusão: uma análise do grau de ins- trução do eleitorado brasileiro. Itajaí: Editora Univali, 2000.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Plano Decenal de Educação para Todos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Edu- cabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: Contribuições para o Debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, Ano XVIII, Nº 55, nov./ fev.,1997.

NOGUEIRA, M. A. Família e Escola na Contemporaneidade: Os meandros de Uma Relação. Educação e Realidade, V. 31, Nº 2, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

(ONU). Declaração dos Direitos das Pes- soas Deficientes. Resolução da Assembleia geral da organização das Nações Unidas (ONU) Nº 2542 de 30/09/1975, publicada no Diário oficial da União de 01/101975.

PIAGET, Jean. Para onde vai a Educação? Trad. Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

Polônia, A. C., & Dessen, M. A. Em busca de uma Compreensão das Relações entre Família e Escola. Psicologia Escolar e Educacional, 9(2), 2005.

SALAMANCA. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial de Edu- cação Especial. Salamanca, Espanha. 1994. [UNESCO, 1994]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf Acesso em 19 Abr. 2023.

SANTOS, B. S. Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. In:

. (Org.). Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Mul- ticultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, M. E. P. Família/Escola: A Importância dessa Relação no Desempenho Escolar. In: Programa de Desenvolvimento Educacional PDE, 2009.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Defici- ência (CORDE). Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.